O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 09/11/2023 - 06:00

Com mais mudanças, reforma tributária passa no Senado

Reforma tributária passa no Senado

Com placar apertado, texto é aprovado com 53 votos a favor e 24 contra; relator fez concessões de última hora para obter apoio, mas alegou que modelo atual é muito pior

ADRIANA FERNANDES
BIANCA LIMA
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária. O texto teve 53 votos a favor – placar apertado frente aos 49 votos necessários para aprovar uma mudança constitucional – e 24 contra, tanto no primeiro quanto no segundo turnos.

Para conseguir os votos, o relator da reforma na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), teve de ceder em vários pontos. De última hora, ele acatou outras seis novas emendas, incluindo alíquota reduzida para o setor de eventos (*mais informações na pág. B2*). Aos críticos das mudanças, Braga diz que o sistema tributário hoje é "um manicômio", muito pior do que qualquer imperfeição que a reforma possa ter.

"O texto aprovado não é uma obra de arte perfeita, como já pontuei, mas foi o resultado de uma construção coletiva do texto possível, respeitando a correlação de forças da democracia", disse ele.

Entre as mudanças, o Senado introduziu no texto uma trava para barrar o aumento da carga tributária – uma demanda do setor produtivo, temeroso de aumento dos impostos pelo governo federal, Estados e municípios com a mudança do sistema tributário –, e impôs a obrigatoriedade de revisão a cada cinco anos das chamadas exceções, que beneficiam uma longa lista de setores e atividades que conseguiram emplacar as suas demandas, sobretudo na reta final.

Mais uma análise
Com as mudanças feitas pelo senadores, texto terá de passar por uma nova votação na Câmara

A passagem do texto pelo Senado levou quatro meses – desde a aprovação da proposta na Câmara, no dia 6 de julho. No Senado, a proposta sofreu mudanças, como aumento da lista de setores beneficiados com tratamento tributário diferenciado (via alíquota reduzida ou regime específico), como saneamento, turismo, clubes de futebol e profissionais liberais (como médicos e advogados).

Com as mudanças do Senado, o texto terá de passar por uma nova votação na Câmara, mas o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que os trechos de consenso poderão ser promulgados logo, o que garante a contagem dos prazos da transição.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a dizer que acredita na promulgação da reforma tributária ainda neste ano. Ele também repetiu sua avaliação de que a proposta, da forma como está sendo encaminhada, não ganharia nota 10, mas um "7,5 com louvor" – partindo ainda de um cenário tributário atual que, em sua análise, teria nota 2.

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, também comemorou a aprovação. "Preferia um placar mais folgado, mas sempre foi com segurança", disse ele, que estava no plenário do Senado durante a votação. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.